

## **Proteção de Dados no Brasil: Um Direito Fundamental na Era Digital e sua Conexão com a ODS 16**

### **ODS 16**

Laura Galvão Pereira (Universidade de Taubaté)  
Noemi Viana Ribeiro dos Santos (Universidade de Taubaté)  
Pedro Henrique Rodrigues Valentim (Universidade de Taubaté)

Andreia Fogaça Rodrigues Maricato (Universidade de Taubaté)-  
andreia.frmaricato@unitau.br

Este estudo analisa a proteção de dados no Brasil sob uma perspectiva mais sensível e humana, reconhecendo-a como um direito fundamental indispensável à dignidade, à liberdade e ao respeito que cada pessoa merece em uma sociedade cada vez mais digital. A proteção de dados não é apenas um conjunto de regras técnicas, mas sim um cuidado com a essência da individualidade de cada cidadão — um gesto de respeito à privacidade, à história e à identidade que cada um carrega. Essa reflexão se conecta de forma direta ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 da ONU, que busca promover sociedades mais justas, pacíficas e transparentes, nas quais a ética e o compromisso com o outro sejam valores centrais. A pesquisa mostra como o avanço tecnológico trouxe inúmeros benefícios, mas também novos riscos, exigindo leis que protejam o que há de mais íntimo nas pessoas: suas informações pessoais. Nesse contexto, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) surge inspirada pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) europeu, fortalecendo no Brasil uma cultura de respeito e responsabilidade no uso das informações. Em harmonia com o Marco Civil da Internet e com os princípios constitucionais da privacidade e da dignidade da pessoa humana, a LGPD busca garantir que o ambiente digital seja um espaço de confiança e segurança. O estudo também reconhece o papel fundamental do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que atuam como guardiões desse direito, assegurando que ele não seja apenas teórico, mas vivido no cotidiano de todos. Conclui-se que proteger dados é, acima de tudo, proteger pessoas. É reafirmar a importância da empatia, da transparência e da ética nas relações sociais e digitais. Assim, a proteção de dados se transforma em um instrumento de amor cívico e cidadania, contribuindo para uma sociedade mais justa, humana e fiel aos ideais da ODS 16, onde cada indivíduo possa sentir-se seguro, respeitado e valorizado.

**Palavras-chaves:** Proteção de Dados; LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados);

Direito Fundamental; ODS 16 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16); Privacidade.